



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

ISADORA VIEIRA NASTRI

MULHERES ISLÂMICAS EM LIDERANÇA: SUPERANDO ESTIGMAS OCIDENTAIS
POR UMA ÓTICA DECOLONIAL

SÃO PAULO
2024

ISADORA VIEIRA NASTRI

**MULHERES ISLÂMICAS EM LIDERANÇA: SUPERANDO ESTIGMAS OCIDENTAIS
POR UMA ÓTICA DECOLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
banca examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais, sob a orientação do
prof., dr. - Rodrigo Augusto Duarte Amaral

SÃO PAULO

2024

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio e suporte
durante todo o curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Amaral por todos os ensinamentos e auxílio durante o meu período de formação. Estendo minha gratidão aos meus familiares que me apoiaram e forneceram a força suficiente para dar seguimento em todas as adversidades do processo. Finalizo com um agradecimento especial a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pela oportunidade que tive e aos próximos passos que virão.

RESUMO

A intenção desse trabalho é explorar a realidade das mulheres islâmicas, buscando romper com estigmas ocidentais e interpretações pré-estabelecidas que frequentemente moldam a percepção do resto do mundo. Será abordado o contexto histórico em que essas mulheres estão inseridas, mas com uma lente original, pretendendo destrinchar principalmente os caminhos e avanços para um progresso na resistência e influência feminina islâmica, e como elas têm desafiado os paradigmas de gênero por uma transformação na sociedade. Como gap de estudo, pretende-se analisar para além da *história única* comumente abordada, na intenção de garantir também a visibilidade de lideranças que conquistaram lugares importantes tanto no âmbito de negócios como na esfera política internacional.

O tema foi selecionado como objeto de estudo, uma vez que se destaca amplamente em discussões ferreiras no campo informal do ocidente, com visões deturpadas, ofuscando o real propósito da religião para algumas pessoas, em ideal para as mulheres. Para além do caráter vitimizador e etnocêntrico, este trabalho procurou iluminar a função ativa e multifacetado das mulheres islâmicas, evidenciando suas conquistas e desafios dentro de uma perspectiva mais equilibrada e respeitosa. Através de um embasamento teórico sobre colonialidade e as brechas do feminismo ocidental, trabalharemos por meio de uma revisão de literatura no intuito de apresentar as trajetórias e eventos significativos, com fatos sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres islâmicas, mas além disso, histórias e ações que utilizaram para superá-las.

Palavras-chave: Mulheres Islâmicas; Feminismo; Lideranças Femininas; Colonialidade; Estereótipos.

ABSTRACT

The intention of this work is to explore the reality of Islamic women, seeking to break with Western stigmas and pre-established interpretations that often shape the perception of the rest of the world. The historical context in which these women are inserted will be addressed, but with an original lens, intending to mainly unravel the paths and advances towards progress in Islamic female resistance and influence, and how they have challenged gender paradigms for a transformation in society. As a study gap, I intend to analyze beyond the history only commonly addressed, with the intention of also ensuring the visibility of leaders who have achieved important positions both in the business and international political spheres.

The theme was selected as an object of study, as it stands out widely in popularization in the informal field of the West, with views distorted by stereotypes, obscuring the real purpose of religion for some people, ideally for women. In addition to the victimizing and ethnocentric character, this work seeks to illuminate the active and multifaceted role of Islamic women, highlighting their achievements and challenges within a more balanced and respectful perspective. Through a theoretical basis on coloniality and the gaps in Western feminism, we will work through a literature review in order to present the significant trajectories and events, with facts about the difficulties faced by Islamic women, but beyond that, stories and actions they used to overcome them.

Keywords: Islamic Women; Feminism; Female Leaders; Coloniality; Stereotypes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ESTUDOS SOBRE COLONIALIDADE E FEMINISMOS ISLÂMICOS....	6
3. ESTADO VS RELIGIÃO: POLÍTICAS ISLÂMICAS.....	11
4. A RESISTENCIA DE MULHERES ISLÂMICAS.....	16
5. LIDERANÇAS FEMININAS ISLÂMICAS.....	22
6. CONSIDERAÇÕES FINIAS.....	25
7. REFERÊNCIAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa explorar as complexidades e nuances da experiência das mulheres islâmicas, desafiando percepções simplificadas e estereotipadas presentes em discursos ocidentais. Edward Said (1978), em sua obra *Orientalismo*, argumenta que o "Oriente" foi retratado por muito tempo como um "outro" exótico e inferior ao Ocidente, o que contribuiu para a construção de estereótipos que até hoje moldam visões ocidentais sobre as sociedades islâmicas. Essa representação, reforçada por discursos políticos e midiáticos, tem um impacto direto na forma como as mulheres islâmicas são percebidas, e associadas à submissão e à opressão.

A partir dessa constatação, a pesquisa identifica uma lacuna nos estudos existentes: a falta de visibilidade de lideranças femininas islâmicas que desafiam esses paradigmas e transformam suas sociedades. Para preencher essa lacuna, o trabalho se propõe a investigar como mulheres islâmicas têm assumido papéis de liderança em diferentes esferas, desde a educação até a política, e como elas têm resistido às normas patriarcais tanto em âmbitos internos, quanto internacionais. Ao focar nessas trajetórias, a pesquisa visa desconstruir percepções ocidentalizadas e oferecer uma perspectiva mais equilibrada e respeitosa.

Dessa forma, as visões limitadas e etnocêntricas regularmente ignoram a diversidade de experiências dessas mulheres e o protagonismo que muitas exercem em suas sociedades. Autoras como Lila Abu-Lughod (2013), em *Do Muslim Women Need Saving?*, desafiam essa narrativa ao mostrar que muitas mulheres muçulmanas encontram participação em suas tradições religiosas e rejeitam as tentativas de "salvação" imposta por olhares externos. O interesse pela história de figuras como Malala Yousafzai e Nadia Murad, que desafiaram as normas patriarcais e regimes opressores, provoca uma reflexão sobre a complexidade das questões de gênero e religião no contexto islâmico.

Em diversos contextos, mulheres muçulmanas têm alcançado importantes avanços em suas lutas por direitos e reconhecimento, desafiando representações que frequentemente as retratam de forma simplificada como passivas ou oprimidas. Leila Ahmed (1992), em *Women and Gender in Islam*, destaca como, ao longo das décadas, mulheres muçulmanas têm desempenhado papéis importantes em movimentos de reforma social, educação e direitos humanos, especialmente em questões como o direito à educação e participação política. Exemplos como o de Malala Yousafzai, que lutou pelo acesso das meninas à educação no Paquistão, e de mulheres líderes em países como o Irã, que resistem às imposições legais e

culturais, demonstram que não apenas enfrentam restrições, mas também impulsionam transformações em suas sociedades. Essas conquistas são resultado de uma luta contínua por autonomia, e mostram que as mulheres islâmicas são protagonistas ativas em sua própria emancipação, quebrando narrativas reducionistas.

O trabalho na luta contra a violência sexual e no apoio a outras vítimas provoca uma reflexão profunda sobre a complexidade das questões de gênero e religião, superando as representações simplificadas e estereotipadas das mulheres islâmicas frequentemente difundidas pela mídia. Assim, o contraste entre as interpretações extremas do Islã e as vivências de indivíduos que promovem valores islâmicos progressistas, trouxe à tona a necessidade de distinguir o fundamentalismo e práticas religiosas autênticas.

Dessa maneira, o debate crítico deve se atentar a fugir de pressupostos teóricos e estatísticos etnocêntricos pré-estabelecidos (MELLAKH, Kamal; SAHKRAJI Aziza, v. 12, n. 1, pág. 125), que afunilam a visão de um todo para uma *história única*, assim como retrata Chimamanda Adichie. A ideia central está enraizada e influenciada por uma literatura pouco vasta, que cria uma ignorância inconsciente, alienada a diferentes versões de uma única história. A escritora aborda o como isso nos afeta em diversos contextos, estereotipando o mundo com apenas aquilo que alimentamos, imersos a um objeto específico, e excluindo os demais panoramas.

Toda essa concepção se traduz em uma balança de poder, e uma assimilação de cultura que direciona “como” e “qual” história deve ser contada, gerando uma perspectiva definitiva sobre algo ou alguém. Como exemplo, verifica-se a visão conturbada de associação da religião islâmica ao terrorismo, que é comumente simplificada e ampliada pela mídia e em discursos políticos, criando uma narrativa que desconsidera as raízes teológicas, históricas e culturais da religião. Essa abordagem tendenciosa reduz a complexidade do Islã a um estereótipo negativo, ignorando a pluralidade de interpretações e práticas dentro da fé islâmica, junto com as significativas contribuições de muitas comunidades muçulmanas para a paz e o desenvolvimento global.

Nesse sentido, voltamos mais especificamente no tema da pesquisa ao entender também o direcionamento dessas concepções incompletas sobre a realidade das mulheres islâmicas. Frequentemente, as fontes comuns as associam aos aspectos da condição de submissão, das normas patriarcais e interpretações conservadoras de costumes da religião, que por mais que em partes verdades, a ideia de padronização as ofusca como participantes políticas, participantes econômicas, e atores relevantes para a reconstrução de paradigmas, dando pouco reconhecimento para as resistências e protagonismo feminino. Insistir somente nessas histórias

negativas é superficializar a experiência e negligenciar as muitas outras histórias que as formaram (ADICHIE, 2012).

Dessa maneira, a pesquisa irá aprofundar tanto obras de estudiosos que desenvolvem visões autênticas sobre o tema, quanto textos de autoras que são figuras proeminentes no feminismo islâmico. Pretendo, assim, abrir espaço para voz de mulheres que muitas vezes possuem parte de suas realidades presas em escombros e fumaças que envolve um palco de discussões globais sobre o terror, junto com uma tentativa de rompimento de conhecimentos superficiais, com a aproximação da teoria feminista pós-colonial, que dialoga com a especificidade de cada grupo de mulheres (NOGUEIRA, 2016).

Em primeira análise, trago um desenvolvimento sobre como as narrativas coloniais influenciaram o pensamento ocidental pelo estigma de superioridade dos colonos perante os colonizados, silenciando as demais culturas em justificativa a um ideal irreal civilizatório, em que tudo que se diferencia do padrão europeu é considerado como excêntrico, como “outro”. Essa concepção reforça um contexto hierárquico de poder, em que há imposição de uma cultura sobre a outra, evidenciando a tendência ocidental em reconhecer o islamismo como adjacente (PÉREZ, 2014). Essa perspectiva continua a moldar a forma como as culturas não ocidentais, como o Islamismo, são percebidas e compreendidas no cenário global.

A persistência generalizada e a manutenção de narrativas incompletas não apenas marginalizam a cultura e a vivência das muçulmanas, mas também perpetua um ciclo de desinformação. A visão etnocêntrica muitas vezes desenvolve um fenômeno exótico e incompreensível, ignorando a riqueza e a complexidade das demais tradições, mas que também reforça um quadro em que são representadas como vítimas passivas ou submissas, desconsiderando-as de papéis políticos.

A seção discutirá também as interseções entre colonialidade e feminismo ocidental, abordando como esses fatores contribuem para a construção de uma visão monolítica das mulheres islâmicas, que subestima suas histórias completas, utilizando o caráter vitimizador em uma fala unilateral, carregada de salvacionismos, sem considerar a alteridade das mulheres do ‘terceiro mundo’ (MOHANTY, 1991). Portanto, este capítulo examina a influência histórica das representações coloniais supracitadas, além de discutir como o feminismo ocidental muitas vezes desconsidera as experiências locais, podendo reforçar esses estigmas.

Já no segundo capítulo, “Estado e Religião: Políticas Islâmicas”, iremos explorar a interseção entre políticas estatais e normas religiosas no islamismo. A relação entre Estado e religião varia significativamente entre os países, afetando diretamente a autonomia e os direitos das mulheres nas Relações Internacionais. Este capítulo examina como diferentes

interpretações da lei islâmica e políticas públicas influenciam no dia a dia, com impacto em costumes tradicionais. Será abordado como as políticas e as práticas variam e como essas diferenças impactam as oportunidades para a liderança e a participação ativa das mulheres na sociedade.

A análise incluirá sistemas políticos islâmicos que vão desde Estados onde a sharia é aplicada como base para a legislação civil, até países onde as normas islâmicas são apenas uma das várias fontes de direito. Discutiremos como essas diferentes abordagens legais e políticas moldam a vida das mulheres, seja através da promoção de direitos e oportunidades, ou pela imposição de restrições que limitam sua participação plena. Exemplos concretos serão apresentados para ilustrar como as políticas públicas podem criar espaços para a liderança feminina e fomentar a participação ativa das mulheres em áreas como educação, economia e política.

No terceiro capítulo de desenvolvimento, “A Resistencia de Mulheres Islâmicas”, o foco será nas formas de resistência e nas iniciativas das mulheres islâmicas que desafiam normas ultrapassadas e buscam a promoção de mudanças. Apresentaremos estudos de caso de figuras proeminentes como Malala Yousafzai e Nadia Murad, cujas trajetórias exemplificam a luta pela educação e pelos direitos humanos em contextos adversos. Além de analisar as ações e impactos dessas líderes, o capítulo também explorará outras figuras históricas, destacando como suas ações contribuíram para redefinir as percepções sobre seus papéis, no alcance do protagonismo.

No último tópico, “Lideranças Femininas Islâmicas”, será explorado como mulheres em diferentes contextos islâmicos têm desafiado as normas patriarcais e reconfigurado seu papel na sociedade, tanto em esferas políticas, quanto religiosas, e sociais. O capítulo destacou figuras históricas e contemporâneas como Benazir Bhutto e Amina Wadud, que através de sua liderança, promoveram transformações significativas em suas comunidades e no cenário global, além de Fartuun Adan e Ilwad Elman, que têm liderado movimentos significativos. A intenção é evidenciar como as lideranças femininas islâmicas desafiam concepções pré-estabelecidas, e auxiliar na visibilidade merecida de suas atuações como protagonistas ativas na redefinição das dinâmicas de poder e na promoção da igualdade de gênero, seja por meio de reinterpretções religiosas ou de engajamento em questões sociais e políticas.

Portanto, além de revisar a literatura existente, o trabalho busca oferecer o conhecimento da força e a autonomia das mulheres islâmicas, e como suas histórias e conquistas contribuem para um entendimento mais abrangente e inclusivo do feminismo global. Ao examinar as experiências dessas líderes e o combate para promoção de direitos em diversas frentes, ressalta-se uma literatura pouco vasta que trata de uma exposição de lideranças femininas adeptas ao

Isla, e por isso, pretende-se contribuir para uma compreensão distinta da tradicional ocidental midiática, para ampliar as visões de histórias, oportunidades, enfrentamentos, realidades e lideranças associadas à essas mulheres.

Diante desse cenário, dentre as bibliográficas selecionadas para explorar as perspectivas de quebra de paradigma, foram escolhidos artigos, livros e relatórios para entender desde os papéis tradicionais envolvidos em uma sociedade patriarcal, até a revelação da narrativa das mulheres islâmicas nos contextos específicos de suas histórias, destacando a imprescindível participação na esfera pública.

2. ESTUDOS SOBRE COLONIALIDADE E FEMINISMOS ISLAMICOS

Em uma primeira análise, o intuito deste capítulo é explicar as origens interpretativas e conceituais para entender a balança de poder enraizada que contribuiu para a construção de uma visão etnocêntrica e reduitiva das mulheres islâmicas. Examinaremos como o legado colonial perpetuou narrativas que limitam e distorcem a compreensão de algumas realidades, em especial a dessas mulheres.

Os símbolos e significados racistas e xenofóbicos, em sua base, surgem de construções históricas e sociais que estabeleceram hierarquias de poder e dominação. Edward Said, em sua obra "Orientalismo" (1978), argumenta que essas representações são fruto de uma necessidade do Ocidente de afirmar sua superioridade cultural e civilizatória sobre o Oriente, ao passo que desumaniza e marginaliza o "outro". Os preconceitos são reforçados não apenas por meio de discursos políticos, mas também através da mídia, perpetuando a visão do "outro" como inferior. Essa construção simbólica, que não considera a diversidade interna das culturas, legitima formas de dominação e exclusão social (SAID, 1978).

O conceito de colonialidade, desenvolvido por Aníbal Quijano (2000) e outros teóricos decoloniais, como Maria Lugones e Walter Dignolo, refere-se ao sistema de dominação e desigualdade que perdura após o fim do colonialismo formal. O modelo de Quijano destaca como as relações de dominação colonial se perpetuam mesmo após a independência formal dos países colonizados. Ele argumenta que a colonialidade não é apenas uma questão de controle político ou econômico, mas também envolve a construção de identidades e hierarquias sociais que continuam a afetar as sociedades contemporâneas.

Nesse viés, a colonialidade do saber descreve como o conhecimento é estruturado e validado a partir de uma perspectiva ocidental, desconsiderando ou subalternizando outras formas de conhecimento. Esse fenômeno não só perpetua desigualdades de poder, mas também afeta a forma como culturas e experiências são representadas e compreendidas globalmente.

“A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.” (LANDER, 2005, p.3).

A construção do Oriente no imaginário ocidental tem raízes profundas na era colonial, quando a expansão imperial europeia começou a moldar a percepção das culturas orientais. Edward Said, em "Orientalismo" (1978), argumenta que o Oriente foi representado de maneira estereotipada, contrastando com a ideia de modernidade e racionalidade associada ao Ocidente.

Essa dicotomia não apenas serviu para justificar a dominação imperial, mas também estabeleceu uma hierarquia cultural que marginalizava e desumanizava os demais povos.

Dessa maneira, o "Oriente" foi muitas vezes construído como um espaço de mistério e barbarismo, em oposição ao Ocidente civilizado e progressista. Essa visão reduitiva e monolítica criou uma narrativa que ignora a complexidade e as diferentes culturas das sociedades orientais, apresentando-as como homogêneas e estagnadas, em forma de uma *história única*.

No islamismo, a representação das mulheres muçulmanas amplifica os estereótipos orientalistas. Esses não apenas reforçam a sensação de superioridade ocidental, mas também desconsidera as muitas experiências e perspectivas das mulheres islâmicas, sendo constantemente perpetuados por meio da mídia ocidental e do discurso político, desconsiderando os contextos culturais e religiosos que moldam a vida dessas mulheres.

Nesse sentido, a perspectiva ocidental muitas vezes vê o uso do véu ou o exercício tradicional da mulher como sinais de opressão, por exemplo, sem levar em conta a cultura as experiências dentro das comunidades muçulmanas. Dessa maneira, Maria Lugones critica a forma como o feminismo hegemônico muitas vezes é centrado em experiências específicas, ignorando as interseccionalidades de gênero, raça, e classe, resultando em uma análise incompleta. A autora enfatiza que a colonialidade do gênero é uma construção que se entrelaça com o poder, criando uma hierarquia que marginaliza as vozes e experiências das mulheres não brancas e não ocidentais (LUGONES, 2008).

Lugones propõe que é significativo problematizar a dicotomia entre o "Oriente" e o "Ocidente", reconhecendo que as experiências das mulheres são diversas e multifacetadas. A ideia de que essas mulheres são meramente vítimas da opressão patriarcal ignora as formas de resistência e agência que elas exercem em suas próprias culturas. Dessa forma, a autora critica o feminismo hegemônico por ignorar essas interseccionalidades, propondo uma análise que considera a colonialidade do poder e a colonialidade de gênero como fatores na perpetuação da opressão e formulação de estereótipos.

"A colonialidade do poder, conforme discutido por Quijano, concebe a interseção de raça e gênero em termos estruturais amplos. Isso significa que as identidades das mulheres não podem ser reduzidas a categorias isoladas, mas devem ser entendidas como parte de um sistema complexo que envolve múltiplas opressões e resistências. Essa compreensão é relevante para dismantelar as narrativas que perpetuam a marginalização das mulheres de cor." (LUGONES, 2008).

Em concordância, Miriam Abu-Lughod, em sua obra "As Mulheres Muçulmanas Precisam Realmente de Salvação?" (2012), desafia a narrativa ocidental que apresenta as

mulheres muçulmanas como necessitadas de resgate. Ela argumenta que essa perspectiva é não apenas condescendente, mas também ignora as vozes das próprias mulheres muçulmanas.

“Nós podemos querer a justiça para as mulheres, mas podemos aceitar que pode haver ideias diferentes sobre a justiça e que mulheres diferentes podem querer, ou escolher, futuros diferentes daqueles que vislumbramos como sendo melhores? Nós precisamos considerar que eles possam ser trazidos para a individualidade, por assim dizer, em uma linguagem diferente.” (ABU-LUGHOD, 2012, p.)

Logo, da mesma maneira que aborda Lugones, Miriam Lughod destaca a importância de entender as interseccionalidades, como fatores de classe, etnia e contexto geopolítico. Essa visão permite uma compreensão mais rica e complexa das experiências das mulheres, que não podem ser reduzidas a um único estereótipo de opressão. Ao invés de uma narrativa de salvação, propõe-se engajamento em diálogos que reconheçam as demais versões das histórias das mulheres islâmicas.

Afinal, as mulheres islâmicas devem ser salvas de quem? Quando abordamos o Islã, a primeira imagem associada são “as mulheres de véu” - seja burca, niqab, hijab ou xador – e muitas vezes sendo má interpretadas. O discurso de pena e indignação consome a maior parte dos conhecedores de uma *história única* amplamente dissipada. Assim como afirma Chimamanda, a falta de conhecimentos que transcendem os estereótipos abordados faz com que seja considerado um símbolo de submissão\opressão, mas o curioso é que essa indignação não se faz presente ao ver as vestimentas de uma freira, que está associada a principal religião do ocidente.

“Primeiro, precisamos trabalhar contra a interpretação reducionista do véu como a quinta-essência dos sinais da falta de liberdade das mulheres, mesmo que nos oponhamos à imposição estatal dessa forma, como no Irã ou com o Talibã (é preciso lembrar que os estados em modernização como a Turquia e Irã tinham, no início do século, banido seu uso e requerido aos homens, exceto aos clérigos religiosos, que adotassem a vestimenta ocidental). O que significa a liberdade se aceitarmos a premissa fundamental de que os humanos são seres sociais, sempre criados em certos contextos sociais e históricos e pertencentes a comunidades particulares que dão forma a seus desejos e entendimentos do mundo?” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 459).

Ao contrário dessa versão, o véu é considerado por muitas mulheres muçulmanas como um símbolo de sua autonomia, uma escolha pessoal que representa sua fé e valores. No entanto, a influência intelectual e cultural dos colonizadores moldou possibilidade de visões únicas do mundo árabe, apresentando o Islã como algo negativo, mesmo quando as condições se

assemelham a práticas da Igreja Católica. Dessa maneira, diversos autores têm explorado como essa construção cultural afeta a percepção e diversidade de visões no Ocidente.

Saba Mahmood, em sua obra *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject* (2011), desafia a ideia de que o uso do véu, como o hijab, assim como outras práticas, como a oração regular e a modéstia na vestimenta são puramente um sinal de submissão. Mahmood explora como as mulheres muçulmanas no Egito, por meio de práticas religiosas como o uso do hijab, encontram formas de autonomia dentro de sua própria estrutura cultural e religiosa, subvertendo as concepções ocidentais de liberdade.

Da mesma forma, Leila Ahmed, em *Women and Gender in Islam* (1992), e Margot Badran, em *Feminism in Islam: Secular and Religious Convergences* (2009), ferecem perspectivas históricas e atuais sobre como as mulheres islâmicas têm sido representadas e como elas próprias construíram e negociaram suas identidades em contextos de opressão colonial e pós-colonial.

Essas leituras, combinadas com a análise de Edward Said sobre o Orientalismo e as considerações de Maria Lugones e Lila Abu-Lughod, contribuem para uma compreensão mais complexa e rica das experiências. Ao conectar essa discussão com a questão das lideranças femininas, torna-se evidente que as mulheres não são meramente receptoras de práticas culturais, mas ativas na sua transformação e negociação, contribuindo de forma significativa para as mudanças sociais e políticas dentro de suas comunidades.

Logo, o feminismo islâmico surge como uma resposta às opressões tanto internas quanto externas, desafiando as normas patriarcais presentes em muitas sociedades islâmicas, e rejeitando as visões ocidentais que retratam as mulheres muçulmanas como passivas e oprimidas. A essência do feminismo islâmico está em sua capacidade de conciliar os ensinamentos do Islã com a briga pela igualdade de gênero, algo que autores como Margot Badran defendem, afirmando ser uma forma autêntica de resistência, que se desenvolve dentro das próprias tradições religiosas e culturais das mulheres muçulmanas" (BADRAN, 2009, p. 37).

Para explorar esse movimento, observa-se intelectuais como Amina Wadud, que através de uma reinterpretação feminista das escrituras islâmicas, principalmente o Alcorão, desafiam as leituras patriarcais que historicamente marginalizaram as mulheres. Wadud argumenta que "a maioria das interpretações tradicionais do Alcorão foram moldadas por homens e, portanto, não refletem necessariamente os valores centrais do Islã" (WADUD, 1999, p. 54). Dessa maneira, parte do feminismo islâmico busca reinterpretar os textos sagrados de forma a

promover a igualdade entre homens e mulheres, oferecendo às muçulmanas um espaço para exercerem sua fé sem que isso signifique ser complacente com todas as estruturas.

A partir dessa perspectiva, este capítulo destaca a importância de reconhecer as múltiplas formas de opressão, mas em mesma medida, as variadas resistências, rejeitando interpretações reducionistas. As lutas pela autonomia, justiça e liderança revelam que o feminismo islâmico é uma prática fundamental para a transformação social dentro e fora das sociedades muçulmanas. Ao compreender as interseccionalidades e as diferentes realidades dessas mulheres, é possível contribuir para uma visão mais justa e inclusiva de suas experiências e enfrentamentos.

3. ESTADO VS RELIGIÃO: POLÍTICAS ISLÂMICAS

Neste capítulo, exploraremos as diferentes abordagens governamentais adotadas por diversos países em relação à liberdade religiosa e aos direitos das mulheres muçulmanas, focando na complexidade e diversidade dessas políticas.

Discutiremos como alguns países islâmicos aplicam legislações que limitam a autonomia feminina, restringindo suas escolhas pessoais e impondo normas que regulam suas expressões. Essas restrições são frequentemente justificadas com base em interpretações religiosas, mas impactam diretamente os direitos individuais e a igualdade de gênero, que suscita um debate contínuo tanto interno quanto externo.

Em paralelo, examinaremos como alguns países ocidentais, apesar de promoverem ideais de liberdade e igualdade, acabam reforçando preconceitos e impondo restrições que limitam a expressão religiosa das mulheres muçulmanas. Além disso, será abordado como potências internacionais adotam políticas externas pragmáticas voltadas a interesses econômicos e estratégicos, que por vezes sobressaem valores voltados a Direitos Humanos e Igualdade de Gênero.

Dessa forma, ao longo deste capítulo, buscaremos entender como essas diferentes políticas refletem visões sobre a relação entre Estado e religião, revelando as tensões entre tradição, modernidade e direitos individuais, bem como as implicações dessas políticas na vida cotidiana das mulheres muçulmanas ao redor do mundo.

Em primeira análise, ao abordar a relação entre Estado e religião nos países islâmicos, observa-se comumente críticas de outros países e organizações internacionais, especialmente no que diz respeito aos Direitos Humanos e à igualdade de gênero. As reações de potências globais variam conforme os interesses econômicos, diplomáticos e políticos, levando a posturas distintas sobre a aplicação da sharia e o impacto dessa legislação sobre as mulheres. No cenário internacional, a postura de países ocidentais, como a França e os Estados Unidos, reflete uma tensão entre valores seculares e religiosos.

A França, com sua tradição de laicidade, tem adotado uma postura inflexível quanto à presença de símbolos religiosos em espaços públicos, o que afeta diretamente mulheres muçulmanas que utilizam o véu. A lei de 2004, que proíbe o uso de hijab, em escolas e espaços públicos, foi justificada com base na defesa da neutralidade do Estado, mas gerou fortes críticas internacionais. Com essa norma, mulheres muçulmanas não podem expressar a liberdade religiosa e a opção de suas vestimentas.

Joan Wallach Scott, uma importante teórica feminista, argumenta que essas medidas, apesar de defenderem a laicidade, acabam promovendo novas formas de marginalização ao restringir a visibilidade de minorias religiosas ou interferir em tradições cotidianas, afetando especialmente as mulheres muçulmanas.

“A proibição do uso de símbolos religiosos ostensivos, como o véu, sob o pretexto de defender a laicidade, em vez de promover a igualdade, marginaliza ainda mais as mulheres muçulmanas, restringindo sua liberdade de expressão religiosa.” (SCOTT, 2007, p. 112).

Os Estados Unidos, por outro lado, mantêm uma política mais pragmática em suas relações com países islâmicos. Embora com frequentes embates, sua aliança estratégica com a Arábia Saudita, por exemplo, destaca a ambiguidade de sua política externa.

“A relação dos EUA com a Arábia Saudita exemplifica a tensão entre os interesses econômicos e geopolíticos e o compromisso com os direitos humanos, particularmente no que se refere às políticas que afetam diretamente os direitos das mulheres.” (VOGELSTEIN, 2010, p. 94).

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela ONU, tem sido um marco legal para desafiar a aplicação de leis discriminatórias baseadas na sharia. Muitos países islâmicos, como o Irã e a Arábia Saudita, ratificaram a convenção com reservas significativas, excluindo provisões que conflitam com suas interpretações religiosas.

“As reservas feitas por muitos países islâmicos à CEDAW, particularmente em questões de direitos das mulheres, evidenciam a complexidade de conciliar as interpretações da Sharia com as obrigações internacionais de direitos humanos, o que frequentemente impede o avanço efetivo da igualdade de gênero.” (BREMS, 2007, p. 85).

Eva Brems, em seus estudos sobre direitos humanos internacionais, argumenta que essas reservas dificultam o avanço de uma agenda universal de direitos, já que muitos países podem, de forma legítima, se esquivar de implementar mudanças significativas nas áreas de igualdade de gênero. Embora muitas sociedades islâmicas adotem a sharia (lei islâmica) como base para suas legislações, existem variações profundas na forma como essas normas são interpretadas e aplicadas. Em alguns países, a sharia é a base total do ordenamento jurídico, enquanto em outros, ela coexiste com leis civis que seguem padrões mais seculares.

A influência de potências globais sobre as políticas internas de países islâmicos não se limita ao Ocidente. A China, por exemplo, tem se aproximado de nações como o Irã e o Paquistão, em parte devido a sua iniciativa Belt and Road, que visa expandir sua influência

econômica através de grandes investimentos em infraestrutura. Diferentemente dos países ocidentais, a China adota uma política de não interferência nos assuntos internos de outros países, o que lhe permite manter relações econômicas com regimes que aplicam a sharia de maneira rígida sem exigir reformas sociais em troca.

Segundo Tiziana Stella, especialista em Relações Internacionais, "essa abordagem pragmática da China desafia a tradicional diplomacia ocidental, ao permitir que regimes autoritários mantenham suas práticas internas enquanto beneficiam de parcerias econômicas estratégicas" (STELLA, 2018). Isso cria um contrapeso às pressões ocidentais, permitindo que países islâmicos encontrem aliados fora das tradições democráticas e liberais do Ocidente.

“A política de não interferência da China em assuntos internos de países islâmicos permite que esses governos mantenham suas práticas internas sem pressão por reformas sociais, ao contrário da abordagem ocidental de condicionar a cooperação econômica a mudanças nos direitos humanos.” (STELLA, 2018, p. 45).

A sharia, que significa "caminho" em árabe, é o sistema legal derivado das tradições islâmicas, mais especificamente do Alcorão e dos hadiths (dizeres e ações do profeta Maomé). Ela abrange tanto aspectos da vida pessoal e espiritual quanto a administração pública e a justiça criminal. No Irã, por exemplo, a obrigatoriedade do uso do véu e outras restrições que afetam a liberdade feminina são muitas vezes defendidas sob a alegação de serem práticas da sharia, embora sua interpretação possa ser contestada tanto por estudiosos locais quanto por ativistas internacionais (MOGHADAM, 2003).

Em países onde a lei islâmica é aplicada de maneira estrita, observa-se uma forte presença do Estado na regulamentação dos comportamentos individuais e na imposição de normas religiosas. Existem diversas vozes dentro dessas sociedades que questionam essas práticas, argumentando que a interpretação rígida da sharia por vezes parece mais uma tentativa de controle social e político do que uma adesão genuína aos princípios religiosos (HADDAD; SMITH, 1994).

Em países como o Egito, por exemplo, o governo utiliza a religião como uma ferramenta de controle social, ao mesmo tempo em que mantém uma postura moderada em relação ao Islã para garantir o apoio de potências ocidentais. Tal dualidade política é explorada por autores como Yvonne Haddad e Jane Smith, que argumentam que o Islã representa um quadro ambíguo nas mãos dos líderes políticos, oscilando entre um instrumento de opressão e uma forma de garantir a legitimidade do governo perante a população (HADDAD; SMITH, 1994).

“O Islã, em muitos contextos, é utilizado como uma ferramenta política para legitimar regimes autoritários, com a interpretação da Sharia

frequentemente servindo como um mecanismo para consolidar o controle sobre a população.” (HADDAD, 1994, p. 60).

Além disso, em regimes como o do Irã, que é uma teocracia islâmica, o poder político está ligado à hierarquia religiosa. Desde a Revolução Islâmica de 1979, o líder supremo do país é um clérigo, o que solidifica a influência direta da religião nas decisões políticas e econômicas do país. Nesse cenário, as mulheres enfrentam restrições maiores, como a segregação de gênero em espaços públicos e a limitação em sua participação política (PAIDAR, 1995).

Um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres em Estados islâmicos é a aplicação seletiva e rígida da sharia, que muitas vezes reforça o patriarcado. Em países como a Arábia Saudita, as mulheres obtiveram recentemente o direito de dirigir e participar de eventos esportivos como espectadoras. Na verdade, ainda enfrentam obstáculos em termos de direitos legais e igualdade nas esferas públicas e privadas (AL-RASHEED, 2013).

É importante reforçar que nem todos os Estados islâmicos aplicam a sharia de forma igualitária ou têm o Islã como única base para suas legislações. Desde a fundação da República da Turquia em 1923, por exemplo, o Estado tem seguido uma política de laicidade que separa a religião da política, o que possibilitou uma maior participação das mulheres na vida pública, incluindo o direito de voto e de ocupação de cargos políticos (GÖLE, 1997). No entanto, não significa que essa separação entre Estado e religião está livre de tensões. Nos últimos anos, o governo turco tem reintroduzido elementos da cultura islâmica nas esferas públicas e políticas, levantando questões sobre a autonomia das mulheres e os direitos civis conquistados ao longo das décadas (GÖLE, 2015).

Em contrapartida, a resistência ao patriarcado e as interpretações alternativas do Islã estão ganhando força, oferecendo novas perspectivas para as mulheres dentro dessas sociedades. As reinterpretações feministas do Alcorão e a luta por direitos igualitários mostram que a relação entre Estado, religião e direitos das mulheres está em constante evolução, sendo moldada por contextos variados.

No Irã, após a Revolução Islâmica de 1979, houve uma restrição progressiva dos direitos das mulheres, com a imposição de códigos de vestimenta e a limitação de sua participação na esfera pública. Apesar dessas limitações, mulheres iranianas como Shirin Ebadi continuam a guerrear pelos seus direitos, sendo Ebadi a primeira iraniana a ganhar o Prêmio Nobel da Paz por seu trabalho na defesa dos direitos das mulheres e das crianças (EBADI, 2006).

Na Arábia Saudita, as mulheres enfrentam severas restrições, especialmente no que se refere à sua liberdade de movimentação e participação na vida pública. Entretanto, o movimento "Women2Drive" simboliza a luta das mulheres sauditas pela autonomia. Autoras como Madawi

Al-Rasheed discutem as complexidades dessa resistência, destacando como as mulheres sauditas têm desafiado as normas culturais e jurídicas (AL-RASHEED, 2013).

Esse ativismo vai além da simples reivindicação de direitos, revelando uma luta estratégica que articula demandas de reforma com a preservação da identidade cultural e religiosa. Ao desafiar abertamente as restrições, essas mulheres mostram resiliência e determinação, chamando a atenção tanto de observadores locais quanto da comunidade internacional e levando a uma lenta, mas crescente, reavaliação das políticas de gênero no país.

Assim, é fundamental reconhecer que, embora a sharia possa ser instrumentalizada para controle social, há também outras formas de repressão que envolvem outros países e regulações, e acima de tudo, as mulheres nesses países têm continuamente buscado formas de subverter essas práticas e criar narrativas que fogem à representação simplificada.

4. A RESISTENCIA DE MULHERES ISLÂMICAS

Assim como resumidamente abordado nos demais capítulos, a resistência das mulheres islâmicas é um fenômeno amplo e multifacetado, que assume diferentes formas e expressões ao longo do tempo, e em diversas sociedades. A resistência pode ser vista através de lutas políticas, religiosas, culturais e cotidianas, que buscam redefinir o papel das mulheres em suas sociedades e no mundo islâmico como um todo.

Uma das principais formas de atuação se dá através da reinterpretação dos textos sagrados. Amina Wadud, uma das grandes expoentes dessa linha de pensamento, em sua obra *Qur'an and Woman: Rereading the Sacred Text from a Woman's Perspective* (1999), argumenta que muitas das práticas patriarcais atribuídas ao Islã não têm base nas escrituras religiosas, mas são fruto de interpretações masculinas e historicamente enviesadas. Wadud propõe que uma leitura feminista do Alcorão pode servir como ferramenta de afirmação e poder para as mulheres, permitindo-lhes desafiar e resistir às normas patriarcais que são, muitas vezes, impostas sob a justificativa de serem preceitos consagrados. Para Wadud, a resistência ao patriarcado dentro do Islã deve começar com uma reavaliação crítica das interpretações dominantes dos textos, que historicamente as marginalizaram e as mantiveram em posições subalternas (WADUD, 1999).

Outra autora que contribui para o entendimento da resistência feminina islâmica é Leila Ahmed, que, em *Women and Gender in Islam* (1992), examina como o colonialismo ocidental reforçou as práticas patriarcais nas sociedades islâmicas. Ahmed argumenta que, durante o período colonial, o Ocidente utilizou o discurso de "libertação das mulheres" como uma forma de justificar a dominação política e cultural dos países muçulmanos. Ao mesmo tempo, os líderes coloniais reforçavam o patriarcado local como uma maneira de manter controle sobre a população.

A luta das mulheres islâmicas pela justiça social, portanto, não se limita ao combate contra as imposições culturais internas, mas também envolve uma rejeição das tentativas ocidentais de instrumentalizar o feminismo para seus próprios fins. Ahmed destaca que o feminismo islâmico surge como uma resposta a essa dupla opressão, buscando uma forma de resistência que concilie os valores religiosos com os direitos das mulheres (AHMED, 1992).

Exemplos de resistência feminina podem ser vistos em diversos países islâmicos. Um dos exemplos mais notáveis é o movimento *My Stealthy Freedom*, iniciado pela jornalista Masih Alinejad em 2014, que oferece uma plataforma para as mulheres iranianas expressarem sua resistência às leis de vestimenta obrigatória. Através de fotos e vídeos compartilhados nas

redes sociais, as mulheres desafiam as autoridades e reivindicam mais liberdade pessoal e autonomia sobre seus corpos. Embora o uso do hijab seja o foco central desse movimento, a resistência feminina no Irã vai muito além dessa questão, englobando demandas por mais direitos políticos, sociais e econômicos (ALINEJAD, 2018).

No Paquistão, a resistência feminina também tem se manifestado de forma poderosa, especialmente no campo da educação. Malala Yousafzai, uma jovem paquistanesa que foi alvo de um atentado do Talibã por defender o direito das meninas à educação, tornou-se um ícone global da resistência feminina. Em sua autobiografia *Eu Sou Malala* (2013), Malala descreve sua luta em um contexto dominado pelo extremismo, onde o acesso à educação para meninas era severamente restringido.

A história de Malala ilustra como a educação é uma das principais formas de resistência, permitindo-lhes não apenas adquirir conhecimento, mas também desafiar normas sociais que as mantêm em posições desfavoráveis. A sobrevivência de Malala após o atentado e sua contínua defesa pela educação feminina a tornaram um símbolo de força global (YOUSAFZAI, 2013).

Além de figuras públicas, milhões de mulheres islâmicas lutam diariamente através de pequenas ações cotidianas que muitas vezes passam despercebidas. A busca pela educação, o trabalho fora de casa, a criação de redes de apoio e o engajamento em atividades comunitárias são todas formas de resistir, que embora possam parecer pequenas, têm um impacto profundo na transformação das sociedades. Essas formas de resistência cotidiana são particularmente consideráveis em contextos de guerra e pobreza, onde as mulheres muitas vezes assumem papéis importantes na sobrevivência de suas famílias e comunidades.

Valentine Moghadam, em *Modernizing Women: Gender and Social Change in the Middle East* (2003), explora como a participação no mercado de trabalho e o acesso à educação têm sido formas eficazes de resistência das mulheres no Oriente Médio, permitindo-lhes desafiar as estruturas patriarcais e conquistar mais autonomia em suas vidas pessoais e profissionais (MOGHADAM, 2003).

Em conjunto, o ativismo político é uma forma potente e crescente de resistência para as mulheres islâmicas, que têm encontrado, nesse espaço, uma voz ativa para lutar contra as limitações impostas por regimes autoritários e normas sociais restritivas. No Egito, por exemplo, as mulheres tiveram uma participação fundamental durante a Revolução de 2011, demonstrando coragem ao se unir a protestos e confrontar diretamente o regime de Hosni Mubarak. Elas ocuparam as ruas, organizaram manifestações e participaram de ocupações de praças públicas, como a Praça Tahrir, que se tornou um símbolo da resistência popular.

Durante esse período de instabilidade e protestos, as mulheres não só desafiaram o regime político, mas também as normas culturais que tradicionalmente limitam seu papel na esfera pública. Elas lutaram pela mudança política, e pelo reconhecimento de sua capacidade de liderança e de sua legitimidade como agentes de transformação social. Este ativismo evidenciou a força das mulheres na luta contra a opressão, inspirando novas gerações a questionar sistemas enraizados (BASU, 2016).

Mesmo após a queda de Mubarak, o ativismo feminino no Egito continuou a enfrentar desafios, como a persistência de normas conservadoras e de novos líderes que buscavam restringir as liberdades conquistadas. Porém, a mobilização feminina, especialmente em questões de direitos humanos, igualdade de gênero e reformas políticas, permaneceu ativa. Além disso, essas mulheres passaram a usar as redes sociais como ferramenta para amplificar suas vozes, denunciando abusos, organizando campanhas e conectando-se com movimentos feministas internacionais, criando uma rede de apoio e de compartilhamento de estratégias de resistência.

Essas plataformas têm sido fundamentais para a organização de campanhas e movimentos de resistência, como o já mencionado My Stealthy Freedom no Irã e o movimento Women2Drive na Arábia Saudita, que foram organizados e amplamente divulgados através das redes sociais. Esses movimentos mostram como as mulheres estão utilizando novas maneiras para amplificar suas vozes, romper com as fronteiras físicas e culturais e construir solidariedade internacional em torno de suas lutas. Essa visibilidade global tem pressionado governos e organizações internacionais a adotarem posturas mais favoráveis aos direitos das mulheres, reforçando o poder da mobilização digital (KHOSRAVI, 2017).

Nesse sentido, em vários países de maioria muçulmana as mulheres têm desafiado regimes autoritários e estruturas tradicionais de poder, muitas vezes liderando protestos e movimentos populares que demandam não apenas a igualdade de gênero, mas também uma reforma política e social mais ampla.

No Sudão, por exemplo, durante os protestos que resultaram na derrubada do ditador Omar al-Bashir em 2019, as mulheres desempenharam papéis centrais, tornando-se símbolos de resistência contra décadas de repressão. Muitas delas enfrentaram a violência do Estado, mas continuaram a exigir seus direitos e a participação igualitária na construção de um novo Sudão. O rosto de Alaa Salah, uma jovem vestida de branco recitando poesia durante os protestos, tornou-se um ícone global da luta das mulheres sudanesas por liberdade e justiça, ilustrando como a resistência feminina pode desafiar não apenas as normas culturais, mas também os regimes políticos opressivos (ASIM, 2020).

No Egito, as mulheres têm desempenhado papéis importantes na academia e na pesquisa, desafiando a tradição que as excluía de espaços intelectuais e contribuindo para o desenvolvimento de novos paradigmas no campo dos estudos islâmicos e de gênero. A presença crescente de mulheres em instituições de ensino superior, e sua produção acadêmica voltada para questões de gênero, demonstra uma forma definitiva de resistência intelectual, que visa questionar as interpretações hegemônicas do Islã e promover uma visão mais inclusiva e justa da religião e da sociedade (BARLAS, 2002).

A resistência das mulheres islâmicas também se expressa por meio de movimentos artísticos e culturais. No cenário contemporâneo, muitas mulheres muçulmanas têm utilizado a arte, música, cinema e literatura para abordar questões relacionadas à opressão de gênero e identidade. O cinema iraniano, por exemplo, emergiu como um espaço de resistência simbólica, onde diretoras como Samira Makhmalbaf e Shirin Neshat utilizam suas obras para questionar a posição da mulher na sociedade iraniana e desafiá-la. Esses filmes não só amplificam as vozes femininas, mas também criam visibilidade de outras narrativas (MAKHMALBAF, 2000).

" Eu acredito que o cinema, como qualquer arte, é uma forma de resistir à opressão. Quando mostramos a realidade das mulheres iranianas através das lentes da câmera, estamos abrindo espaço para que elas tenham voz. Essa é a verdadeira revolução — permitir que essas histórias sejam contadas." (MAKHMALBAF, 2000)

Outro campo de resistência é a saúde. Mulheres como Fawzia Al-Hariri no Iêmen e Shirin Ebadi no Irã têm defendido os direitos das mulheres no acesso à saúde, tanto física quanto mental, denunciando como o controle sobre seus corpos é parte da opressão patriarcal. Em muitos países islâmicos, as mulheres lideram campanhas para garantir que o acesso aos cuidados de saúde seja universal, desafiando as normas culturais que marginalizam seu papel no planejamento familiar ou no acesso a tratamentos essenciais (EBADI, 2006).

"Shirin Ebadi, em sua obra *Iran Awakening*, descreve a saúde das mulheres como um campo de luta: "Negar o acesso à saúde é negar a dignidade humana. Para muitas mulheres no Irã, o simples ato de exigir cuidados médicos adequados se torna um ato de resistência. Lutamos contra um sistema que insiste em controlar nossos corpos e nossas escolhas." (EBADI, 2006).

Além disso, muitas mulheres islâmicas têm usado a religião como um meio de resistência interna, reconciliando práticas de fé com a busca por direitos iguais. Grupos como as "madrastas progressistas" têm se formado no Sudeste Asiático e no Norte da África, oferecendo educação religiosa voltada para mulheres que as capacita a entender e questionar as interpretações dominantes do Islã. Esses centros de estudo são uma forma de resistência

acadêmica e religiosa que capacita as mulheres a participarem de debates teológicos e defenderem seu direito à interpretação religiosa, como observado por Ziba Mir-Hosseini em suas análises (MIR-HOSSEINI, 2010).

"Ziba Mir-Hosseini, estudiosa do feminismo islâmico, aborda a reinterpretação do Islã como uma forma de resistência: "As mulheres muçulmanas, através de sua leitura crítica das escrituras, estão desafiando séculos de interpretações dominadas por homens. Essa busca por um Islã mais inclusivo não é apenas um movimento teológico, mas uma luta por igualdade e justiça social. (MIR-HOSSEINI, 2010)

Outro campo importante de resistência feminina em contextos islâmicos é a saúde. Em regiões como o Iêmen e o Irã, ativistas como Fawzia Al-Hariri e Shirin Ebadi têm liderado a defesa do direito das mulheres ao acesso à saúde integral, tanto física quanto mental. Elas destacam como a restrição a serviços de saúde para mulheres é parte de um mecanismo mais amplo de opressão patriarcal que busca controlar seus corpos e limitar suas escolhas. No Iêmen, por exemplo, Al-Hariri lutou para implementar programas de saúde comunitária voltados para mulheres, enfrentando resistência cultural e governamental em um ambiente marcado por conflitos e crises humanitárias. No Irã, Shirin Ebadi, advogada e vencedora do Prêmio Nobel da Paz, não apenas denunciou as violações de direitos, mas também expôs como as barreiras de acesso à saúde afetam diretamente a dignidade e a autonomia feminina (EBADI, 2006).

A luta pelo direito à saúde feminina inclui, muitas vezes, campanhas educacionais que desafiam as normas culturais relacionadas ao planejamento familiar e à prevenção de doenças. Mulheres líderes em comunidades conservadoras frequentemente têm de encontrar formas criativas de disseminar informações e recursos de saúde, combatendo estigmas e ampliando o conhecimento sobre cuidados básicos e direitos reprodutivos. Esse ativismo é uma forma poderosa de resistência que fortalece as comunidades ao promover a conscientização sobre o valor da saúde como um direito fundamental.

O uso da religião como ferramenta de resistência tem ganhado força entre as mulheres muçulmanas, que conciliam sua fé com a busca por igualdade de direitos. Iniciativas como as "madrastas progressistas" no Sudeste Asiático e no Norte da África têm oferecido uma educação religiosa voltada para mulheres, capacitando-as a desafiar interpretações patriarcais e a se envolverem em debates teológicos. Esses centros de estudos não só reforçam a compreensão do Islã por parte das mulheres, mas também as equipam com argumentos religiosos sólidos para promover mudanças sociais. Ziba Mir-Hosseini, uma renomada estudiosa do feminismo islâmico, destaca que essa reinterpretação da religião é um movimento que transcende o campo teológico, tornando-se uma busca por justiça e igualdade (MIR-HOSSEINI, 2010).

Por fim, nos campos de refugiados, a resistência feminina assume um caráter ainda mais urgente e resiliente. Na Síria e no Líbano, mulheres como Manal Issa e outras ativistas organizam escolas improvisadas e programas de apoio comunitário em meio à destruição causada pela guerra. Essas mulheres assumem papéis de liderança ao criar e manter espaços seguros para educação e cuidado com as crianças, mesmo enfrentando escassez de recursos e ameaças constantes. Essa forma de resistência vai além da sobrevivência; ela representa uma reafirmação da importância da comunidade e da educação como pilares de esperança e reconstrução. O trabalho dessas mulheres reflete não só a força de suas convicções, mas também a capacidade de transformar adversidades em oportunidades de resiliência e solidariedade (ISSA, 2015).

5. LIDERANÇAS FEMININAS ISLÂMICAS

As lideranças femininas islâmicas têm sido relevantes na transformação das sociedades muçulmanas ao longo da história, desafiando tanto as normas patriarcais internas quanto percepções estereotipadas ocidentais. Essas líderes, atuando em diferentes esferas – política, religiosa, acadêmica e social – estão redefinindo a vida das mulheres no Islã e demonstrando que a participação ativa das mulheres é essencial para o desenvolvimento de sociedades mais justas e inclusivas.

Historicamente, mulheres muçulmanas têm ocupado posições de destaque, embora muitas vezes suas histórias tenham sido apagadas ou minimizadas. Um exemplo importante é o de Aisha, uma das esposas do Profeta Maomé, que teve participação expressiva na preservação e transmissão dos hadiths (relatos sobre os ensinamentos e ações do Profeta), mas também participou ativamente de batalhas políticas. Ela é um símbolo da autoridade feminina no Islã, e sua liderança continua a ser uma inspiração para muitas mulheres muçulmanas que buscam espaço nessas esferas.

"A participação ativa das mulheres muçulmanas nas esferas política e religiosa reflete uma redefinição do papel feminino no Islã. Elas não são apenas agentes de mudança, mas também guardiãs de uma tradição que valoriza a justiça e a igualdade" (AHMED, 2020)

Nos tempos contemporâneos, figuras como Benazir Bhutto, a primeira mulher a liderar uma nação islâmica (Paquistão), e Sheikhha Hasina, atual primeira-ministra de Bangladesh, são exemplos de mulheres que desafiaram as expectativas de gênero e exerceram liderança política em contextos muitas vezes hostis. Benazir Bhutto, em particular, teve que lidar com situações

significativas por ser mulher em uma sociedade profundamente patriarcal. Ela conseguiu quebrar barreiras ao ser eleita primeira-ministra do Paquistão em 1988, mas enfrentou constante resistência por parte de grupos conservadores, que questionavam sua legitimidade como líder feminina. Sua inclinação por direitos democráticos, justiça social e educação para todos, especialmente para mulheres, fez dela uma figura marcante na história política do mundo islâmico. Apesar de seu assassinato em 2007, o legado de Bhutto continua a inspirar futuras gerações de líderes muçulmanas (JALALZAI, 2013).

“As mulheres que lideram nações muçulmanas, como Benazir Bhutto e Sheikh Hasina, desafiaram normas de gênero profundamente arraigadas, rompendo barreiras e abrindo caminho para futuras gerações de líderes políticas no mundo islâmico.” (JALALZAI, 2013, p. 85).

Embora já abordadas anteriormente, outros exemplos notáveis de liderança feminina islâmica são Malala Yousafzai, que se tornou a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz, e Amina Wadud, primeira mulher a liderar uma oração mista (homens e mulheres) em uma mesquita nos Estados Unidos, um evento altamente simbólico que desafiou as normas tradicionais de gênero na prática islâmica.

Além de lideranças políticas e religiosas, as mulheres islâmicas também têm se destacado no campo dos Direitos Humanos e na defesa de causas sociais. Shirin Ebadi, advogada iraniana e vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 2003, é uma figura central na defesa dos direitos das mulheres e das crianças no Irã. Ebadi foi a primeira mulher a servir como juíza no Irã, mas após a Revolução Islâmica de 1979, ela foi destituída de seu cargo devido às leis que proibiam as mulheres de exercerem a função de juízas. Mesmo assim, Ebadi continuou sua luta pelos direitos humanos, fundando organizações que defendem a igualdade de gênero e a proteção das crianças no Irã.

“O trabalho de Shirin Ebadi, a primeira mulher muçulmana a ganhar o Prêmio Nobel da Paz, não apenas transformou as leis no Irã, mas também inspirou uma geração de ativistas globais.” (EBADI, 2006, p. 120).

Em muitos países, como a Indonésia e a Malásia, as mulheres também têm liderado situações que visam melhorar a educação, a saúde e a justiça social em suas comunidades. Esses movimentos mostram que a liderança feminina no mundo islâmico não se limita às esferas políticas ou religiosas formais, mas também se estende à transformação social onde as mulheres atuam como agentes de mudança em suas próprias realidades.

Além das figuras já mencionadas, é valorizado destacar que as lideranças femininas islâmicas se expandem para várias regiões e esferas de atuação, abrangendo os direitos civis até

propostas de paz em zonas de conflito. Na Somália, por exemplo, Fartuun Adan e sua filha Ilwad Elman têm sido exemplos na reconstrução social do país devastado pela guerra civil. Elas fundaram o Centro Elman para Paz e Direitos Humanos, uma organização que trabalha com a reintegração de ex-crianças-soldado, além de promover a igualdade de gênero e apoiar vítimas de violência sexual.

Outra figura de liderança que se destaca é Zainah Anwar, da Malásia, fundadora do movimento Sisters in Islam. Zainah Anwar e sua organização são pioneiras na luta pelos direitos das mulheres no mundo islâmico, promovendo uma reinterpretação dos textos sagrados que esteja em consonância com os princípios de igualdade de gênero.

O trabalho do Sisters in Islam se concentra principalmente em questões como violência doméstica, poligamia e os direitos das mulheres em divórcios, temas muitas vezes ignorados por líderes religiosos conservadores. A opinião de Zainah Anwar combina ativismo com erudição, defendendo que a fé e os Direitos Humanos não são mutuamente exclusivos e que as mulheres muçulmanas têm o direito de interpretar suas próprias tradições religiosas. O movimento tem sido uma importante voz na promoção de uma versão mais inclusiva do Islã, que valoriza a igualdade e os direitos das mulheres (ANWAR, 2009).

"O ativismo de líderes femininas islâmicas, como Zainah Anwar e Amina Wadud, mostra que a luta por igualdade de gênero no mundo muçulmano não é um movimento externo imposto, mas sim uma evolução interna baseada em leituras críticas dos textos sagrados" (KHALIL, 2021).

No Oriente Médio, Hanan Ashrawi, da Palestina, também é um exemplo notável de liderança feminina islâmica. Ashrawi, uma acadêmica, diplomata e ativista, foi uma das primeiras mulheres a integrar a liderança política da Autoridade Palestina. Ela se destacou por sua defesa incansável dos direitos dos palestinos em foros internacionais, ao mesmo tempo em que levantava questões sobre os direitos das mulheres em uma sociedade fortemente patriarcal.

Essas lideranças femininas islâmicas têm repercussões significativas para as gerações futuras, já que servem de inspiração para jovens ativistas em todo o mundo. Ao desafiar as barreiras que restringem o papel das mulheres, essas líderes abrem caminho para que outras possam se engajar em atividades políticas, sociais e religiosas, construindo novas narrativas. A continuidade dessas lutas é essencial para garantir que os avanços conquistados não sejam revertidos e que a próxima geração de mulheres islâmicas continue a encontrar espaços para exercer sua liderança e protagonismo. Ao combinar fé e ativismo, essas mulheres criam novas formas de liderança que se baseiam em valores islâmicos, mas que também abraçam os princípios universais de igualdade, justiça e Direitos Humanos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo a compreensão aprofundada e crítica das vivências e lutas das mulheres islâmicas, inseridas em uma construção social e política muitas vezes marcada por estigmas e estereótipos ocidentais. Ao longo da pesquisa, buscamos desconstruir narrativas simplistas que frequentemente associam o Islã à submissão feminina, ignorando a pluralidade e complexidade das experiências dessas mulheres. Esse esforço foi fundamentado por uma análise teórica densa, que explora conceitos como colonialidade, etnocentrismo e feminismo islâmico, e por uma revisão de casos de liderança feminina que desafiam paradigmas estabelecidos. A partir dessas perspectivas, torna-se evidente a urgência de uma visão mais inclusiva e contextualizada, que reconheça a força e o protagonismo das mulheres islâmicas em diversas esferas, desde o ambiente familiar até o cenário político global infundado das Relações Internacionais.

No cenário internacional, a relação entre países ocidentais e nações islâmicas desempenha um papel significativo na dinâmica de direitos e na percepção das mulheres muçulmanas. Países com abordagens distintas, têm influenciado as políticas internas de nações islâmicas, especialmente em questões de Direitos Humanos e igualdade de gênero. A atuação desses países e organizações evidencia uma tensão entre a promoção de direitos universais e o respeito às particularidades culturais e religiosas das nações islâmicas, desafiando as mulheres muçulmanas a navegar entre influências externas e as complexidades de suas realidades internas.

No contexto do feminismo islâmico, Amina Wadud e outras autoras contemporâneas assumem um papel fundamental ao propor uma releitura feminista do Alcorão, que rompe com interpretações patriarcais historicamente dominantes. Essa interpretação oferece às mulheres muçulmanas uma base sólida para argumentar contra práticas opressivas que, em muitos casos, não têm fundamento nas escrituras. Esse movimento, ao combinar ativismo social com fundamentos religiosos, fortalece as mulheres islâmicas, permitindo-lhes desafiar normas patriarcais sem romper com sua identidade religiosa, em um ato de resistência e autonomia.

A importância de se adotar um olhar contextualizado e respeitoso se evidencia na análise das lideranças femininas islâmicas, que, ao utilizarem práticas de fé e engajamento social, desafiam não apenas as normas internas, mas também as percepções externas que as limitam à estigmas pré-estabelecidos. A resistência cotidiana de milhões de mulheres se manifesta em ações diárias, desde o trabalho até a educação de suas famílias, passando pelo uso de redes sociais para compartilhar suas histórias e fortalecer sua comunidade.

Por fim, este trabalho destaca que as mulheres islâmicas são protagonistas de suas próprias narrativas, e sua luta por reconhecimento e direitos é multifacetada. O feminismo islâmico, com suas particularidades culturais e religiosas, demonstra ser um movimento autêntico e relevante, que reconfigura as relações de poder e promove uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao desconstruir visões monolíticas e reconhecer a riqueza das experiências dessas mulheres, contribuimos para um entendimento mais equilibrado e abrangente do feminismo global.

Assim, conclui-se que o estudo das mulheres islâmicas, à luz de uma abordagem descolonial e feminista, é essencial para fomentar uma compreensão que respeite a diversidade cultural e religiosa. A resistência e a liderança dessas mulheres revelam que elas não são vítimas passivas de normas culturais, mas agentes ativos de transformação social, responsáveis por redefinir as dinâmicas de poder em suas comunidades e por promover um feminismo que respeita suas especificidades e valores internacionais. A trajetória dessas mulheres deixa claro que a luta por igualdade e justiça no contexto islâmico não é apenas uma aspiração, mas uma realidade construída dia a dia, evidenciando a capacidade dessas líderes de impulsionar mudanças significativas que ecoam no cenário global.

7. REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. **As Mulheres Muçulmanas Precisam Realmente de Salvação? Reflexões Antropológicas sobre o Relativismo Cultural e seus Outros.** American Anthropologist, 2012. Tradução: João Henrique Amorim, revisão: Soraya Fleisher.
- ABU-LUGHOD, Lila. **Do Muslim Women Need Saving?** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013.
- AHMED, Leila. **Women and Gender in Islam: Historical Roots of a Modern Debate.** New Haven: Yale University Press, 1992.
- ANWAR, Zainah. **Islam and Women's Rights in Malaysia: Sisters in Islam's Struggle for Equality.** Kuala Lumpur: Sisters in Islam, 2009.
- ALINEJAD, Masih. **The Wind in My Hair: My Fight for Freedom in Modern Iran.** New York: Little, Brown and Company, 2018.
- AL-RASHEED, Madawi. **A Most Masculine State: Gender, Politics and Religion in Saudi Arabia.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ANWAR, Zainah. **Islam and Women's Rights in Malaysia: Sisters in Islam's Struggle for Equality.** Kuala Lumpur: Sisters in Islam, 2009.
- ASHRAWI, Hanan. **This Side of Peace: A Personal Account.** Nova Iorque: Simon & Schuster, 1995.
- BADRAN, Margot. **Feminism in Islam: Secular and Religious Convergences.** Oxford: Oneworld, 2009.
- BARLAS, Asma. **Believing Women in Islam: Unreading Patriarchal Interpretations of the Qur'an.** Austin: University of Texas Press, 2002.
- BREMS, Eva. **Human Rights: Universality and Diversity.** The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 2007.
- DERICHS, Claudia; THOMPSON, Mark R. **Dynasties and Female Political Leaders in Asia: Gender, Power and Pedigree.** LIT, 2013.

EBADI, Shirin. **Iran Awakening: A Memoir of Revolution and Hope**. Nova Iorque: Random House, 2006.

FLESCHENBERG, Andrea. **Asia's Women Politicians at the Top: Roaring Tigresses or Tame Kittens?** In: Women's Political Participation and Representation in Asia. NIAS Press, 2008.

GÖLE, Nilüfer. **Islam and Secularity: The Future of Europe's Public Sphere**. Durham: Duke University Press, 2015.

GÖLE, Nilüfer. **The Forbidden Modern: Civilization and Veiling**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

GOPALAN, Jayalakshmi. **Women in Politics in South Asia**. Prajnya Resource Centre on Women in Politics and Policy. Background Paper Series, No. 1, January 2012.

HADDAD, Yvonne; SMITH, Jane I. **Muslim Women in America: The Challenge of Islamic Identity Today**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

IWANAGA, Kazuki. **Women and Politics in Asia: A Comparative Perspective**. In: Women's Political Participation and Representation in Asia. NIAS Press, 2008.

JALALZAI, Farida. **Shattered, Cracked, or Firmly Intact? Women and the Executive Glass Ceiling Worldwide**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

JALALZAI, Farida; KROOK, Mona Lena. **Beyond Hillary and Benazir: Women's Political Leadership Worldwide**. International Political Science Review, v. 31(1), p. 5-23, 2010.

KABEER, Naila. **Gender Equality and Women's Empowerment: A Critical Analysis of the Third Millennium Development Goal 1**. Gender & Development, v. 13(1), p. 13-24, 2005.

KAPUR, Radhika. **The Role of Women in Somalia's Peace Process**. Journal of Peace and Conflict Studies, 2014.

LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género**. Tábula Rasa, n.9, p. 73-101, julho-dezembro, 2008.

MARTINS, Juliana. **Do Orientalismo à Construção de uma Imagem, Mulheres no Mundo Árabe**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RS, 2013.

MAKHMALBAF, Samira. **Entrevista sobre cinema de resistência**. Disponível em: <https://www.muhamedson.com>. Acesso em: 13 out. 2024.

MIR-HOSSEINI, Ziba. **Entrevista sobre feminismo islâmico e interpretação religiosa**. Disponível em: <https://www.formsition.com>. Acesso em: 13 out. 2024.

MOGHADAM, Valentine M. **Modernizing Women: Gender and Social Change in the Middle East**. Boulder: Lynne Rienner, 2003.

OMVEDT, Gail. **Women in Governance in South Asia**. Economic and Political Weekly, v. 40, 2005.

PAIDAR, Parvin. **Women and the Political Process in Twentieth-Century Iran**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PÉREZ, Z., Adolfo. **Interculturalidad y Decolonialidad**. Tábula Rasa, n.20, Bogotá, Jan-Jun 2014.

RICHTER, Linda. **Exploring Theories of Female Leadership in South and Southeast Asia**. Pacific Affairs, v. 63, n.4, pp. 524-540, Winter 1990-1991.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARABI, Leila. **Afghan Women's Resistance in the Era of the Taliban**. Human Rights Watch, 2021.

SCOTT, Joan Wallach. **The Politics of the Veil**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

STELLA, Tiziana. **China's Pragmatic Approach to Global Relations**. New York: Global Policy Institute, 2018.

THOMPSON, Mark R. **Female Leadership of Democratic Transitions in Asia**. Pacific Affairs, v. 75, n. 4, pp. 535-555, Winter 2002-2003.

TRUE, Jacqui et al. **Women's Political Participation in Asia and the Pacific**. Conflict Prevention and Peace Forum, 2012.

VOGELSTEIN, Rachel. **Women's Rights in the U.S. Foreign Policy Agenda**. Washington, D.C.: Council on Foreign Relations, 2010.

WADUD, Amina. **Qur'an and Woman: Rereading the Sacred Text from a Woman's Perspective**. New York: Oxford University Press, 1999.

YOUSAFZAI, Malala. **Eu Sou Malala: A História da Garota que defendeu o Direito à Educação e Foi Baleada pelo Talibã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.